

Pesquisa na Sistematização dá parlamentarismo e 5 anos

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização da Constituinte deverá confirmar o parlamentarismo como forma de governo e um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e seus sucessores, de acordo com pesquisa do JORNAL DO BRASIL. Foram ouvidos 73% dos membros da comissão — 68 de um total de 93 — e o parlamentarismo puro é o preferido por 29 deles, enquanto 13 querem um sistema misto de parlamentarismo e presidencialismo. Apenas 24 declararam-se presidencialistas, mas 15 deles defendem o fortalecimento do Legislativo, com a adoção de um presidencialismo mitigado. Apenas dois deputados não se definiram quanto ao sistema de governo.

Essa tendência da comissão cria uma situação difícil para o presidente José Sarney, que insiste na manutenção do presidencialismo. Se o parlamentarismo for aprovado na Sistematização, o governo terá de arremeter 280 votos — a maioria absoluta da Constituinte — para derrotá-lo no plenário. Nem mesmo o PFL, que seria presidencialista segundo seu líder na Câmara, deputado José Lourenço, confirma essa tendência na pesquisa. Dos 15 pefelistas ouvidos, sete são parlamentaristas. Não foi ouvido o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), parlamentarista declarado.

O parlamentarismo é mais forte entre os constituintes do PMDB, com 17 votos pelo parlamentarismo puro, oito pelo sistema misto e oito pelo presidencialismo, que incluem dois adeptos do modelo mitigado. O presidencialismo puro só encontrou seis adeptos no PDS e dois no PDT. Estão indefinidos quanto ao sistema de governo os deputados Nilson Gibson e Fernando Lyra, ambos do PMDB de Pernambuco. Lyra quer que o sistema de governo seja objeto de um plebiscito nacional.

Há mais constituintes favoráveis a um mandato de cinco anos para o futuro presidente (41 votos) do que para Sarney (32). Os indecisos em relação ao tempo de mandato de Sarney (6) e de seu sucessor (7) são todos parlamentaristas e por isso não acham importante a duração do mandato. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que é parlamentarista e quer quatro anos, declarou ao responder à questão: "Longa vida para Sarney".

Sistema de governo		A duração do mandato	
Parlamentarismo	Presidencialismo	Sarney	Sucessor
Puro — 29	Mitigado 15	4 anos 23	4 anos 18
Misto — 13	Puro 9	5 anos 32	5 anos 41
Total 42	Total 24	6 anos 7	6 anos 2
Indefinidos 2		Indefinidos 6	Indefinidos 7



Ulysses examina o substitutivo entregue por Cabral, ao lado de Afonso Arinos (C)

Cabral propõe gabinete clássico

BRASÍLIA — O sistema de governo será parlamentarista, na sua versão pura, de acordo com o substitutivo do relator Bernardo Cabral, que se baseou em emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ). As funções de chefe de Estado e de chefe de Governo serão separadas. O presidente da República exercerá a primeira e nomeará um primeiro ministro, depois de ouvir as correntes partidárias que compõem a maioria do Congresso Nacional, para a chefia do governo. Os demais ministros serão indicados pelo chefe do Governo.

O primeiro ministro será exonerado se a Câmara dos Deputados aprovar uma moção de censura ou rejeitar moção de confiança ao governo por maioria absoluta de seus membros. Para ser apresentada, a moção necessita de, pelo menos, o apoio de um quinto dos deputados. É vedada a votação de moções de censura antes de decorridos seis meses da posse do primeiro ministro.

Ritual — Aprovada moção de censura ou rejeitada moção de confiança, a Câmara terá prazo de 48 horas para eleger, também por maioria absoluta, o novo primeiro ministro. Caso isso não ocorra, o presidente poderá dissolver a Câmara e convocar eleições extraordinárias. Numa mesma legislatura somente podem ser apresentadas, no máximo, três moções de censura ao governo. Se a Câmara recusar por três vezes os nomes dos indicados pelo presidente para primeiro ministro, este também poderá convocar novas eleições.

Ao propor a adoção do parlamentarismo puro como sistema de governo, o senador Afonso Arinos, na justificativa, lembrou que sua emenda era muito semelhante à outra apresentada em 1964 pelo deputado Raul Pilla, do Partido Libertador. Ironicamente, Arinos assinou uma curiosidade: na época, o então deputado José Sarney era favorável ao parlamentarismo e ele, Arinos, contrário.

Hoje, Arinos é o principal defensor do sistema parlamentarista de governo na Constituinte e Sarney, ocupando a Presidência da República, promete lançar uma ofensiva para garantir a manutenção do presidencialismo.

Irritação — Sarney ficou muito irritado com a decisão de Cabral de optar por um modelo parlamentarista puro. A pressão do Planalto e as resistências das principais lideranças da Aliança Democrática — Ulysses, Marco Maciel, Carlos Sant'Anna e o próprio Mário Covas são presidencialistas — contra a adoção do sistema de gabinete, fizeram com que até ontem à noite a questão ainda não tivesse sido resolvida por Cabral. Junto com a anistia, esse foi um dos últimos pontos que obrigou o relator a decidir sem consenso.

Cabral optou pelo parlamentarismo por duas razões muito simples. Por convicção — é adepto desse sistema — e porque a Subcomissão e a Comissão da Constituinte que trataram de sistema de Governo definiram-se pelos regime de gabinete. Há, porém, muitos constituintes que acham que Cabral, ao incluir o parlamentarismo puro sem seu substitutivo, radicalizou a discussão para forçar um entendimento na Comissão de Sistematização em torno de um regime híbrido, que fique a meio caminho do presidencialismo e do parlamentarismo.

Projeto tem 7 versões

A cada nova mexida, um descontente

O Prodasen só começou a rodar no início da noite de ontem a sétima versão do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, sujeito desde domingo a sucessivas alterações. Anistia, criação de estados e Ministério Público foram alguns dos temas submetidos a modificações. O ex-tenente cassado Wilson da Silva, que lançou o livro *O Tenente Vermelha* sobre o exílio no período autoritário, e é o presidente da Ampla — Associação de Defesa da Anistia — acusava Cabral: "O Exército modernizou suas munições. Antes usava fuzis; agora, usa medalhas".

Referência à Medalha do Mérito Militar, recebida na véspera pelo relator da Comissão de Sistematização. Com a ironia, Wilson demonstrava o descontentamento de um grupo de ex-militares cassados com o teor da anistia proposta.

Também a esquerda exerceu pressões e obteve êxitos de última hora no capítulo da Anistia. Presente à reunião no Prodasen, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) incluiu a palavra "imprescritível", que não constava na sexta versão do texto que fala da punição da tortura.

Mudanças — Outra mudança feita por Cabral à última hora, contra-

O pessimismo na despedida

"Vamos tomar pau. E só Deus sabe o sacrifício que fizemos." Eram 11h30min quando o relator Bernardo Cabral, cansado, virou-se para um de seus próximos assessores e fez a previsão, numa sala do Prodasen. Quis dizer com isso — entendeu o homem a seu lado — que a briga parecia estar no final, mas começava naquele momento. O relator acabara de entregar a última página de seu projeto para a futura Constituição — um calhamaço de papéis que lhe custou, em uma semana, sete versões do texto, centenas de reparos e muito bate-boca.

O assessor, Vicente Cascione, vice-reitor da Universidade de Santos, deixou o Prodasen pouco depois e foi direto ao shopping de Brasília comprar um cachimbo, aconselhado por um amigo. De um maço e meio de cigarros por dia, ele passou a fumar quatro. "Acompanhei Cabral durante um mês e meio sem parar. Dou a minha palavra que não houve um minuto de leviandade", garantiu, durante a tumultuada entrega oficial do texto, no gabinete de Ulysses Guimarães.

A previsão do relator não surgiu por acaso. Nos últimos dias, uma média de 30 parlamentares por dia corria para o Prodasen para tentar convencer Cabral a mudar ou aceitar suas sugestões. Sobrava, quase sempre, para a equipe de juristas e técnicos que trabalharam no projeto, ana-

riando acordos anteriores: a inclusão da criação de novos estados, desde que submetidos a plebiscitos pelas respectivas populações. Durante a cerimônia de entrega de seu projeto, no gabinete de Ulysses Guimarães, protestavam os deputados Jutahy Magalhães Júnior e Luís Viana Neto, ambos do PMDB baiano.

— Esse caratinha nos prometido que não incluiria a criação de estados. Você já falou com Waldir Pires? Ele vai tomar um susto — disse Jutahy.

No capítulo das Forças Armadas, segundo o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, "houve um avanço". E explicou o parlamentar goiano:

— Ele ficou com a proposta do Afonso Arinos, que diz que os militares serão responsáveis pela manutenção da ordem, mas estabelece que nenhuma intervenção poderá ser feita por eles sem a Presidência da República e o Congresso sejam ouvidos.

O líder do PMDB, Mário Covas, ressaltando que havia lido "apenas alguns capítulos", considerou o projeto "bom, dentro do que era possível obter". Quanto à adoção do parlamentarismo puro, a quase totalidade dos líderes partidários entende que Cabral optou pelo sistema que, paradoxalmente, atende ao presidente José Sarney e os presidencialistas em geral; por ser puro e prever, portanto, a dissolução do Congresso, o parlamentarismo será derrubado pelos constituintes.

lisando riscos, comparando textos e fazendo, a cada sugestão nova, mais uma versão do projeto.

Anteontem, um deputado do PMDB ficou de plantão no Prodasen de 8h às 23h, tentando saber quem tinha decidido tirar sua proposta do texto de Cabral. Esbarrou no corredor com um dos assessores e não teve dúvida: "Foi você quem tirou, não foi?", perguntou, irritado. "Não, apenas sugeri. Quem tirou foi o relator", respondeu-lhe o assessor, sugerindo que o deputado tirasse a dúvida com Bernardo Cabral.

No 24º andar do Banco do Brasil, onde a "grande comissão" se refugiou para elaborar o projeto, um técnico do Senado teve uma crise de choro depois de uma reunião. O motivo, segundo seus amigos, foi o estresse e a pressão das acusações de que os técnicos do Prodasen não estavam fazendo um trabalho sério, modificando textos. Anteontem, para evitar o assédio dos próprios parlamentares e as pressões, a comissão resolveu se reunir na casa do senador Fernando Henrique Cardoso.

Nas últimas reuniões, os ânimos estavam acirrados. A casa problema, uma discussão, algumas divergências. Mas problema mesmo foi a fome. O relator Bernardo Cabral comeu até pizza usando clips de papel, por falta de prato e talheres.

Para Ulysses, é o passo inicial

Ao receber à tarde, em seu gabinete — tomado por cerca de 150 pessoas, entre políticos e jornalistas — o substitutivo preparado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), disse que aquele texto era "o primeiro passo para fazermos uma Constituição que preste, que sirva ao povo brasileiro, principalmente às camadas mais necessitadas da população." Cabral insistiu em reivindicar a responsabilidade de todo o texto, "que não é produto de nenhum grupo".

"Vocês podem imaginar as pressões que recebi. Não preciso contar nada", comentou Bernardo Cabral depois de entregar o substitutivo a Ulysses. Ele evitou dizer de onde partiram as pressões, mas foi claro ao defender os seus pontos de vista: "Não pretendo abrir mão do sistema parlamentarista, e já disse que isso ao presidente Sarney." Sistema de governo e anistia foram os dois temas que provocaram maiores pressões sobre o relator que, tenso e cansado, acha que entregou um bom texto para o debate na Comissão de Sistematização: "Tudo foi feito para o país, sem preocupações pessoais."

Oposição recusa mudar a ordem

Os líderes dos partidos de oposição rejeitaram a proposta do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que propôs começar a votação do projeto da Constituição pelo sistema de governo, alegando que os demais temas estão ligados diretamente a essa questão. Eles acham que a ideia é uma manobra do governo para, em troca da provocação do presidencialismo, assegurar os cinco anos de mandato pretendidos pelo presidente José Sarney.

Ulysses fez a sugestão ao sair de uma reunião do comando da Aliança Democrática. Ele defendeu a tese de que, seja qual for o sistema de governo aprovado, haverá necessidade de mudar outros capítulos do projeto, notadamente as atribuições dos poderes. "Não podemos votar uma coisa e depois voltar atrás para adequá-la à forma de governo, que não sabemos qual será", justificou Ulysses.

Casuísmo — Mesmo admitindo que a ideia de Ulysses pode favorecer a aprovação do presidencialismo, que ele também defende, o presidente e líder do PT, deputado Luiz Inácio da Silva, Lula, a classificou de "casuística" e advertiu que não se unirá aos que defendem esse tipo de expediente só para ver aprovado o presidencialismo.

Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, advertiu que, destacando a votação do sistema de governo, o Palácio do Planalto vai agir como um rol compressor sobre a Constituinte, para impor o mandato de cinco anos. Brandão e Lula acrescentaram que a sugestão de Ulysses fere frontalmente o regimento, que determina a votação dos títulos e capítulos da futura Constituição na ordem em que se apresentam no texto.

"O dr Ulysses, depois que disse que a tendência da Constituinte é presidencialista, não tem condições morais de propor coisa nenhuma, pois demonstrou não conhecer a Constituinte", reagiu o líder do PC do B, Haroldo Lima. O deputado lembrou que, quando da elaboração do regimento, foi levantada a mesma questão e todos a repudiaram, inclusive o próprio Ulysses.

Na comunicação, o esperado

Embora não confirmada pelo deputado Bernardo Cabral, a fórmula da Comissão de Sistematização para o capítulo referente à Comunicação, divulgada quarta-feira pelo *O Estado de S. Paulo*, provocou ontem as mais diferentes reações. Se vier a prevalecer, o esboço noticiado pelo jornal paulista não vai diferir substancialmente do relatório aprovado pelos conservadores na Subcomissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação, posteriormente incorporado ao substitutivo alternativo da Comissão de Sistematização.

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), uma das líderes da esquerda e relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, considerou o capítulo "um retrocesso", analisando-o à luz da versão que Cabral não confirmou. "É uma renúncia à elaboração de uma política democrática de comunicação", disse Cristina. A deputada Rita Furtado (PFL-RO), líder dos conservadores na Comissão de Sistematização, gostou da versão, em especial do artigo que submete a cassação de concessões já dadas à decisão judicial.

Para Cristina, a versão, mesmo sem confirmação de autoria, era "entreguista", por não estabelecer o monopólio do Estado na área de telecomunicações. Ela criticou com especial veemência os artigos que regulam as concessões de rádio e televisão pelo poder público. A versão cuja autoria o relator da Comissão de Sistematização não assumiu prevê que o Poder Executivo fará as concessões e que o Congresso Nacional, se quiser, examinará estes atos. Caso o Legislativo não se manifeste num determinado prazo, o ato do Executivo se tornará válido.

□ O deputado Guilherme Aff Domingos (PL-SP) entrega hoje, às 15h, à Constituinte um projeto de decisão que obriga todos os poderes constituídos a enviarem ao Congresso Nacional uma lista de todos os seus marajás, inclusive os do Poder Judiciário, no prazo de 15 dias. A Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, deve incluir nas disposições transitórias da nova Carta um artigo que extingue todos os direitos adquiridos pelos marajás ao longo dos anos.

Estado não monopoliza saúde

O deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP) considerou o texto referente à saúde como "proposta excelente" porque estabelece que a saúde é um dever do Estado, mas não é inibidora da atividade liberal. "Isso ficou muito claro no substitutivo. A saúde deixa de ser estatizante", explicou Geraldo Alckmin.

Garantia de vagas no ensino de 1º grau e a erradicação do analfabetismo até o ano 2000 foram dois pontos do substitutivo do relator Bernardo Cabral considerados pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) — líder nacional da categoria dos professores — como exemplos de

avanço no texto sobre educação. Mas Zanetti criticou a exclusão da aposentadoria especial para professores. "Esse é um problema sério e nós vamos ter que brigar para incluí-la no texto final", disse.

Zanetti elogiou o ponto que trata da destinação de verba para a escola pública. "Esse tema ficou racionalmente bem tratado, mas será preciso ainda alterar o texto", ressaltou o deputado. Segundo ele, a palavra mantenedora terá de ser eliminada e o texto passaria a ficar assim: "A verba pública será destinada à escola pública, podendo, nas condições da lei e em caso excepcional, ser dirigida à escola comunitária, confessional ou filantrópica".

Assalariado terá reparação

Pelo novo projeto de Constituição, o brasileiro que considerar o salário mínimo insuficiente para satisfazer as necessidades básicas de sua família poderá exigir do governo, na Justiça, uma reparação. A garantia está assegurada no "mandado de injunção", uma nova prerrogativa, que se anexa aos direitos de impetrar *habeas corpus*, mandado de segurança, ação popular, ação de inconstitucionalidade e *habeas data* — um mandado que permite ao cidadão conhecer as informações que o Estado guarda a seu respeito.

Essa é a principal novidade do título referente aos "Princípios Fundamentais" do projeto de Constituição, alterado na última hora para excluir o artigo que previa a censura contra publicações que "fizessem propaganda de guerra ou contra a ordem democrática e que realizassem exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". O novo texto veda a censura política e ideológica aos meios de comunicação, atendendo a reivindicações da classe artística.

Penalidade máxima — Nesse título, ficam isentos da obrigação do diploma os profissionais de jornalismo e outras atividades vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes. Ainda sob o tópico "Direitos Individuais", é assegurado o respeito à dignidade do preso, ficando estabelecido que a pena máxima a ser aplicada no Brasil será a da

privação de liberdade. Ao ler o artigo, o deputado Amaral Neto comentou: "Sem a pena de morte, continuarão a ser praticados crimes violentos neste país sem que os culpados sofram uma punição adequada".

No capítulo dos "Direitos Sociais", é assegurado ao trabalhador um contrato de trabalho protegido contra demissão imotivada ou sem justa causa, e ainda um salário mínimo "capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e as de sua família, com reajustes periódicos, de modo a preservar seu poder aquisitivo". No mesmo artigo, ficou garantida a assistência aos filhos e dependentes dos trabalhadores, em creches e pré-escolas.

Um capítulo especial foi criado para prever a figura do defensor do povo, autoridade cuja função é zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos, aos serviços sociais e aos direitos assegurados na Constituição. Esse advogado do povo, que deverá ter reputação ilibada e notório respeito público, terá mandato de quatro anos, será eleito pela maioria absoluta da Câmara e receberá um salário igual ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

No capítulo dos "Direitos Políticos", o projeto de Constituição não inova muito. Prevê o voto apenas para os maiores de 18 anos e mantém inelutável o analfabeto. Estabelece também que a lei não poderá excluir os militares, os policiais militares e os bombeiros militares do exercício de qualquer direito político.

Terra útil terá proteção

Se o texto do relator Bernardo Cabral for aprovado pela Constituinte, os proprietários de terra poderão, tão logo seja promulgada a Constituição, obter do Estado uma declaração oficial de que seus imóveis cumprem a função social exigida pela legislação. Este dispositivo — inserido antontem à noite no projeto — diz que o documento terá prazo de validade a ser definido por lei e só pode ser concedido se for comprovada a função social, através de uma vistoria do Governo.

No capítulo da Reforma Agrária, o relator Bernardo Cabral incluiu a polêmica proposta de imissão imediata da posse da terra. O juiz, por esse sistema, terá 90 dias para confirmar ou anular a desapropriação da terra. Se, após a desapropriação, o dono da propriedade provar na Justiça que sua terra cumpria função social, receberá a indenização em dinheiro, mas não poderá discutir o mérito da desapropriação.

O artigo que permite aos proprietários obterem a declaração sobre a função social de suas terras foi incluído no capítulo dos direitos individuais, como forma de proteger os donos de terra contra

desapropriações injustas, segundo informou um assessor do deputado Bernardo Cabral. A ideia é de que a declaração tenha validade de dois anos, mas isso só será definido na legislação ordinária.

■ O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) fazia, no início da noite, um verdadeiro comício, na porta do Congresso, contra duas cláusulas do projeto do relator Bernardo Cabral. A primeira, que determina que o juiz pode decidir de imediato a questão da posse de terra. A outra é a que diz que a União só pode explorar terras indígenas com o prévio consentimento dos seus ocupantes. No meio do comício, o deputado foi chamado a um canto por integrantes de uma delegação parlamentar da China, que passava pelo local. Depois, Cardoso Alves voltou sorridente: "Os comunistas me convidaram para ir à China e disse-lhes que eu posso levar mais cinco deputados". Um de seus interlocutores quis saber ele tinha o mesmo prestígio em Taiwan. "Na China nacionalista? Lá, levei quantos eu quiser", respondeu.

Posse é imitada em 3 dias

"A missão na posse" é o termo que define o ato de exercer a posse imediata de qualquer imóvel desapropriado. No caso da reforma agrária, o mandado judicial de imissão na posse entrega ao Inca a posse e o domínio de uma área desapropriada. O Decreto-lei 554, de 1969, permite que o Inca obtenha esse mandado em apenas 72 horas depois que o presidente da República decreta que uma determinada área é "de interesse social para fins de reforma agrária".

Quem desapropria um latifúndio não é o Poder Executivo. É o juiz federal do estado em que fica a terra. Isto se faz através de uma "ação desapropriatória" impetrada pela União, através do Inca. Teoricamente, o juiz tem 48 horas para decidir sobre a desapropriação e mais 24 horas para expedir o mandado de "missão na posse", que permite ao Inca retirar da área o antigo proprietário e registrá-la em cartório.

A proposta do relator Bernardo Cabral impede que a demanda entre proprietário e governo se arraste indefinidamente. Se o juiz decidir que a terra deve ser desapropriada, ela será entregue ao Inca e o proprietário terá apenas direito a uma indenização em dinheiro se uma instância judicial superior decidir o contrário, meses ou até anos depois.